

PALAVRAS DE DESPEDIDA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA*

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Esta é a última sessão do primeiro ciclo do funcionamento do Conselho Nacional de Justiça com início na sua instalação, ocorrida no dia 14 de junho de 2005.

Durante o período transcorrido, o Conselho conseguiu firmar-se como órgão de cúpula da Administração Judiciária no País, como quis o legislador constituinte. Consubstanciou-se, ainda, como órgão de governança do Poder Judiciário e de sua interlocução com a sociedade.

Disse a que veio. Conseguiu, no âmbito da Justiça, abolir o nepotismo; fixar teto para os salários, extirpando os marajás; moralizar os concursos públicos, a promoção e remoção de magistrados; coibir os desvios de conduta dos prestadores dos serviços judiciários e indicar rumos importantes a serem seguidos no sentido da implantação do processo virtual, do estímulo à conciliação, da padronização e interligação dos sistemas eletrônicos, da elaboração de estatísticas confiáveis.

Muito foi feito em prol da construção de um novo Judiciário, mais consentâneo com os tempos modernos. Muito resta a fazer. Erros foram cometidos, mas os acertos foram maiores.

No tocante à Corregedoria Nacional de Justiça, trabalhou-se intensamente no sentido de colocar em prática as suas duas funções fundamentais: coibir os desvios de conduta praticados por magistrados, servidores, notários e registradores e zelar pelo bom desempenho dos serviços judiciários.

*Discurso proferido na última sessão da primeira composição do CNJ, realizada no dia 12.06.2007.



Partiu-se do nada. Nesse espaço de tempo a Corregedoria mudou de endereço três vezes. Trabalhou, inicialmente, com dois juízes auxiliares requisitados, número que passou depois a três. Só em outubro último foi aprovada Lei atribuindo quatro cargos à sua secretaria; antes, pôde funcionar, em razão de convênio celebrado, em junho do ano passado, entre a Presidência deste Conselho e a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, permitindo a cessão por este Tribunal de servidores à Corregedoria.

Tais circunstâncias não impediram que se procurasse exercer, em toda a plenitude, a sua competência. Logo no início dos trabalhos, fez-se sentir a necessidade de consolidar as regras disciplinares para a magistratura nacional, de forma a contornar as dificuldades trazidas por uma legislação anterior em mais de uma década à Constituição em vigor.

Instituiu-se, então, uma comissão de alto nível, composta por magistrados de reconhecida experiência, cujo trabalho resultou na Resolução nº 30, que consolidou as normas regulamentadoras dos processos disciplinares.

Como órgão administrativo de cúpula, a Corregedoria Nacional de Justiça procurou, desde o primeiro momento, atuar de forma integrada com as Corregedorias estaduais, aproveitando a sua estrutura e experiência e adaptando o trabalho correcional às normatizações e orientações do CNJ.

Mais de 55% dos processos administrativos que chegaram ao CNJ tiveram por destino a Corregedoria. Desses, em torno de 48% foram Reclamações Disciplinares e mais ou menos 50% Representações por Excesso de Prazo. Em razão desses feitos, foram tomadas pela Corregedoria Nacional e pelas Corregedorias dos Tribunais providências em relação a muitos casos importantes como, por exemplo, no combate à “Máfia dos Combustíveis”, pelo TRF do Rio de Janeiro e TJ de Goiás, à

“Máfia dos Concursos Públicos”, pelo TJ/DF e TJ/PA, e à “Máfia dos Títulos Podres”, em Pernambuco.

Além disso, a Corregedoria instaurou sindicâncias, entre outras, para apurar fatos relativos a todos os magistrados envolvidos nas chamadas “Operação Hurricane” e “Operação Têmis”, da Polícia Federal, para salvaguardar a imagem do Poder Judiciário e resguardar a dignidade da Justiça.

Um fato que merece destaque, neste particular, é o de que pelo menos 26 magistrados investigados, na iminência de instauração da sindicância ou do procedimento administrativo disciplinar, requereram aposentadoria, para escapar à possível penalidade.

A atuação da Corregedoria Nacional produziu um efeito multiplicador sobre o trabalho das diversas Corregedorias e Tribunais, como demonstram os gráficos constantes do Relatório. Assim, no biênio 2006/2007, houve um acréscimo de quase 70% no número das punições disciplinares contra magistrados em relação aos dois anos anteriores, ou seja, o número passou de 82 para 140.

Pelos dados coletados, mais de cinco mil procedimentos disciplinares foram abertos nos últimos dois anos, nas diversas Corregedorias, contra magistrados, servidores e titulares de serviços cartorários. Na Corregedoria Nacional existem atualmente cerca de 400 procedimentos disciplinares em fase de instrução, ou seja, menos de 20% do total recebido, cerca de 2219 processos. Assinale-se que grande parte desses feitos são de distribuição recente. Tudo isso comprova ter a Corregedoria cumprido o papel institucional de exercer a sua função fiscalizadora.

No campo do combate à morosidade da Justiça, a Corregedoria editou a Orientação nº 1, para a adoção de medidas preventivas de monitoramento contínuo da tramitação dos processos no



âmbito das suas jurisdições, com o levantamento e identificação dos eventuais pontos de obstrução. Determinou também o controle estatístico periódico dos processos em curso, com o acompanhamento do tempo médio de duração em cada juízo, identificando os casos que apresentam significativo desvio da média para tomada de providências adequadas a superar a falha.

Com o objetivo de melhorar o desempenho da atividade judiciária, além das mencionadas, muitas foram as medidas e providências tomadas. Determinou-se o levantamento de informações sobre a situação dos cartórios, em cada unidade da Federação, e sobre como estão sendo cumpridas as exigências constitucionais referentes aos concursos para preenchimento das vagas existentes, qual a fase de cada concurso, a relação dos aprovados, dos nomeados e, sendo o caso, dos já empossados. O dispositivo da Constituição vinha sendo descumprido há quase 20 anos, o que é inconcebível. Quadro estatístico a respeito foi elaborado.

Foram determinadas providências para o cumprimento eficaz das cartas precatórias, especialmente daquelas extraídas de feitos criminais, estabelecendo-se controle rigoroso sobre o seu andamento, providência necessária para combater a impunidade.

A partir de um caso de Goiás, em que um processo tramitava há mais de 38 anos sem ser julgado, comprovou-se a necessidade de criar algum tipo de mecanismo de controle sobre os prazos processuais e um sistema de acompanhamento do tempo de tramitação dos feitos.

Deu-se início, então, ao levantamento estatístico dos 100 processos mais antigos existentes em cada seção judiciária, com vistas a se criar um sistema informatizado para acompanhamento contínuo dessas informações, inclusive estabelecendo-se um índice nacional de morosidade como parâmetro comparativo para as diversas Justiças.

Significativos resultados foram alcançados no campo do combate à morosidade excessiva dos processos. Com base nos dados levantados a partir das informações prestadas por 44 dos 56 tribunais dos diversos ramos do Judiciário, chegou-se a resultados preocupantes. Na média, os processos mais antigos no primeiro grau de jurisdição chegam há mais de 27 anos de tramitação. A média nacional na segunda instância ficou em 8 anos. Esse levantamento negativo frutificou-se em iniciativas positivas que começam a dar os primeiros resultados. Chocados com os números encontrados em sua jurisdição, diversos tribunais já tomaram providências não só para acelerar o julgamento desses 100 processos mais antigos, mas também para reduzir o prazo de duração do andamento dos feitos a um patamar mais razoável e aceitável pela sociedade.

A atuação da Corregedoria Nacional também se fez sentir no campo do combate à cultura da impunidade. Nesse sentido, solicitou a todas as Corregedorias o levantamento de dados estatísticos sobre essa questão, bem como o encaminhamento de subsídios para alterar a legislação processual penal brasileira, com o objetivo de tornar mais célere e mais efetivo o combate à criminalidade.

Esses dados foram examinados durante um painel realizado no Primeiro Encontro Nacional de Corregedores da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e Militar, que a Corregedoria Nacional realizou no mês passado em Brasília, gerando um documento com as medidas e conclusões, que certamente vão contribuir para acelerar iniciativas para diminuir essa sensação de impunidade que atormenta a sociedade brasileira. Entre outras propostas, sugeriu-se a simplificação do inquérito policial, a adoção de vídeo-audiência e o monitoramento eletrônico dos apenados com direito a regime semi-aberto.

No tocante ao júri, a Corregedoria Nacional levantou dados impressionantes. Há mais de 30.000 processos paralisados por falta de intimação pessoal do réu da sentença de pronúncia e da sessão de



juízo. Propuseram-se medidas legislativas para sanar essas falhas da legislação e outras visando à simplificação da instrução e à elaboração dos quesitos.

Outra preocupação da Corregedoria foi em relação ao cumprimento, pelos magistrados, dos dispositivos constitucionais concernentes à atividade judicante. A propósito, foi realizado levantamento para verificar quais os juízes titulares que não residem nas comarcas em que exercem a função judicante, contrariando a Constituição (art. 93, V), que garante ao cidadão o pronto acesso à Justiça. O levantamento foi encaminhado para exame deste Conselho.

Foi expedida Orientação a todas as Corregedorias para garantir a estrita observância das proibições do exercício de funções incompatíveis com a magistratura, como, por exemplo, funções na justiça desportiva, de grão-mestre de ordem maçônica, cargo de direção em ONGs ou em entidades beneficentes e instituições de ensino.

Objetivando dar cumprimento efetivo às iniciativas do CNJ, a Corregedoria Nacional determinou, ainda, o levantamento rigoroso de todos os magistrados que exercem função de magistério e a verificação da compatibilidade de horário entre essa atividade e a função judicante, visando garantir a eficácia da Resolução nº 34.

Como medidas de grande alcance social, a Corregedoria determinou o levantamento estatístico, em todas as cinco Regiões da Justiça Federal, de todos os processos previdenciários de interesse de pessoas com mais de 60 anos, com vistas à tomada de providências para garantir a eficácia do benefício da preferência no julgamento assegurado pela Lei nº 10.741, chamada de “Estatuto do Idoso”.

Por meio da Orientação nº 3, recomendou-se a normatização, em todos os tribunais, do uso da internet e de e-mails institucionais, para evitar a veiculação por meio eletrônico, nas repartições, de práticas não

compatíveis com a seriedade da Justiça e a dignidade dos serviços por ela prestados.

Especial menção merece, ainda, a edição da Resolução nº 35, contendo 53 enunciados, que regulamentou a chamada “Lei das Escrituras”, resultante dos trabalhos do Encontro Nacional com os Corregedores da Justiça Estadual.

Com detalhes sobre a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça nestes dois anos, foi elaborado relatório, que, ora, passo às mãos de Vossa Excelência, Senhora Presidente, e do qual farei entregar cópia a todos os Excelentíssimos Senhores Conselheiros.

Ao encerrar, agradeço a Vossa Excelência e a cada um dos Senhores Conselheiros a colaboração recebida, certo de que, juntos, trabalhamos, com afinho, movidos pelo propósito de dar cumprimento aos textos constitucionais e legais que regem a atuação deste Conselho. Agradeço a todos aqueles que ficam e que se afastam deste órgão colegiado, desejando-lhes muitas felicidades no campo pessoal e profissional. O meu sincero muito obrigado aos ilustres Juízes Auxiliares e servidores da Corregedoria, da Secretaria e do Supremo Tribunal Federal, desde os mais graduados até os mais humildes, aos Senhores e Senhoras jornalistas que tanto têm ajudado na divulgação da atividade deste Conselho, dando-lhe transparência, e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da missão que, ora, estamos a concluir.

A todos, muito obrigado!